

# Qualidade e Políticas Públicas na Educação 3

Marcia Aparecida Alferes

(Organizadora)



 **Atena**  
Editora

Ano 2018

**Marcia Aparecida Alferes**  
(Organizadora)

**Qualidade e Políticas Públicas  
na Educação**  
**3**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 3 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-003-2

DOI 10.22533/at.ed.032181912

1. Avaliação educacional. 2. Educação e estado. 3. Escolas públicas – Organização e administração. 4. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 5. Professores – Formação. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Estão incluídos, nesta categoria, os textos que tratam da Educação Básica. A Educação Básica segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN tem por finalidades: a) desenvolver o educando; b) assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania; e c) fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A Educação Básica obrigatória e gratuita deve ser ofertada dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.

Os capítulos sobre Educação Básica trazem artigos sobre o desafio de inclusão de crianças e adolescentes nas escolas; o ensino médio alinhado a formação para o mercado de trabalho; a avaliação da aprendizagem como processo contínuo e formativo; as áreas do conhecimento como promotoras da aprendizagem significativa; as instâncias colegiadas como parceiras do processo de ensino e aprendizagem.

Todos esses assuntos estão alinhados com os princípios sobre os quais o ensino deverá ser ministrado e que se encontram no artigo 3º da LDBEN. Além disso, contemplam o disposto no artigo 205 da Constituição Brasileira, de que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

**Marcia Aparecida Alferes**

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A EDUCAÇÃO BÁSICA NA AGENDA DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE DO SEU CONTEXTO DE INFLUÊNCIA	
<i>Márcia Helena Amâncio</i> <i>Remi Castioni</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0321819121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
A INCLUSÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS UM GRANDE DESAFIO NA ATUALIDADE	
<i>Clair Machado Rangel</i> <i>Eliane Maria Bedinot da Rocha</i> <i>Marilene Felisberto Boff</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0321819122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>20</b>
A SUSTENTABILIDADE DIANTE DE UMA CRISE CIVILIZATÓRIA	
<i>Raquel Fernanda Ghellar Canova</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0321819123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>26</b>
AFETIVIDADE E LÍNGUA INGLESA: UM ESTUDO SOBRE CRENÇAS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM	
<i>Tauã Carvalho de Assis</i> <i>Neuda Lago</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0321819124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>39</b>
ANÁLISE DE DESEMPENHO DE CONCLUINTEs DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TESTE DE CRIATIVIDADE EM MATEMÁTICA	
<i>Mateus Gianni Fonseca</i> <i>Juliana Campos Sabino de Souza</i> <i>Cleyton Hércules Gontijo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0321819125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>49</b>
ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA OFERTADA AOS ALUNOS PAEE EM ESCOLAS PÚBLICAS	
<i>Maria Aparecida Ferreira de Paiva</i> <i>Tatiane Regina dos Santos Quarantani</i> <i>Amanda Garcia Bachiega</i> <i>Vera Lúcia Messias Fialho Capellini</i> <i>Ana Paula Pacheco Moraes Maturana</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0321819126</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>57</b>
ANÁLISE DE LIVROS DE BIOLOGIA OFERTADOS PARA O ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS ESTADUAIS E FEDERAIS	
<i>Camila Maria de Souza Silva</i> <i>Wellington Alves Piza</i> <i>Mirella de Fátima Silva</i> <i>Gabriella Ramos de Menezes Flores</i> <i>Rafaela Franco Dias Bruzadelli</i> <i>Caroline de Souza Almeida</i> <i>Ingridy Simone Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0321819127</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 61**

DISSONÂNCIAS E RESSONÂNCIAS: A (IN)VISIBILIDADE DA CRIANÇA NO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

*Maria Carolina Branco Costa*

*Marcia Cristina Argenti Perez*

**DOI 10.22533/at.ed.0321819128**

**CAPÍTULO 9 ..... 77**

EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO DO CEPAE/UFG: A COMPREENSÃO DE ESTUDANTES SOBRE ESTE COMPONENTE CURRICULAR

*Dayse Alisson Camara Cauper*

*Tiago Onofre da Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.0321819129**

**CAPÍTULO 10 ..... 84**

ENSINO MÉDIO EM FOCO: POLÍTICA EDUCACIONAL, MERCADO E EDUCAÇÃO PÚBLICA

*Ana Lara Casagrande*

*Kátia Morosov Alonso*

**DOI 10.22533/at.ed.03218191210**

**CAPÍTULO 11 ..... 96**

FATORES CONTEXTUAIS ASSOCIADOS AO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE MINAS GERAIS EM LÍNGUA PORTUGUESA

*Luiz Vicente Fonseca Ribeiro*

*Ana Luísa Marlière Casela*

*Wagner Silveira Rezende*

*Naira da Costa Muylaert Lima*

**DOI 10.22533/at.ed.03218191211**

**CAPÍTULO 12 ..... 111**

FATORES QUE AFETAM / INFLUENCIAM NO IDEB DE ESCOLAS DE PELOTAS/RS: ALGUMAS ANÁLISES ENTRE O ALTO E BAIXO INDICADOR

*Évelin Rutz*

*Deise Ramos da Rocha*

*Nadiane Feldkercher*

*Álvaro Luiz Moreira Hypolito*

**DOI 10.22533/at.ed.03218191212**

**CAPÍTULO 13 ..... 116**

INTERDISCIPLINARIDADE NA ESCOLA ATUAL: UMA EXPERIÊNCIA ENTRE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRICANA

*Sebastiana de Fátima Gomes*

*Juliana Inhesta Limão Thiengo*

**DOI 10.22533/at.ed.03218191213**

**CAPÍTULO 14 ..... 123**

METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM-AVALIAÇÃO PARA ALUNOS DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR APRENDEREM MATEMÁTICA ATRAVÉS DE PROBLEMAS

*Cristiane Johann Evangelista*

*Dilson Henrique Ramos Evangelista*

**DOI 10.22533/at.ed.03218191214**

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>131</b>
MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSELHOS DE CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
<i>Maria Raquel Moura de Sousa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03218191215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>142</b>
O CERRADO NA CONCEPÇÃO DOS ALUNOS: UM ESTUDO NAS ESCOLAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE GOIÁS	
<i>Franciane Prado Gonçalves</i>	
<i>Tatiane Rodrigues Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03218191216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>149</b>
O CONSELHO ESCOLAR E ATUAÇÃO PRÁTICA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA: BREVES CONSIDERAÇÕES.	
<i>José Pedro Garcia Oliveira</i>	
<i>José Carlos Martns Cardoso</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03218191217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>162</b>
O MOVIMENTO SECUNDARISTA “OCUPA TUDO RS”: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM SANTA CRUZ DO SUL	
<i>João Luís Coletto da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03218191218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>171</b>
O NOVO ENSINO MÉDIO E A FORMAÇÃO INTEGRAL DO SER HUMANO: UM CONVITE À REFLEXÃO	
<i>Luis Roberto Ramos de Sá Filho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03218191219</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>178</b>

## FATORES QUE AFETAM / INFLUENCIAM NO IDEB DE ESCOLAS DE PELOTAS/RS: ALGUMAS ANÁLISES ENTRE O ALTO E BAIXO INDICADOR

**Évelin Rutz**

Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Educação.

Pelotas – Rio Grande do Sul.

**Deise Ramos da Rocha**

Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Pelotas – Rio Grande do Sul.

**Nadiane Feldkercher**

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

Joaçaba – Santa Catarina.

**Álvaro Luiz Moreira Hypolito**

Universidade Federal de Pelotas, Professor na Faculdade de Educação.

Pelotas – Rio Grande do Sul.

**RESUMO:** O presente artigo evidencia alguns fatores que afetam e influenciam nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), altos e baixos resultados. O objetivo é analisar, uma escola com o menor resultado e outra com o maior resultado do IDEB. No artigo estão denominadas como escola A (maior), escola municipal e escola B (menor), escola estadual. Ambas estão localizadas na zona urbana de Pelotas, resultados analisados a partir do IDEB de 2013 dos anos iniciais. Concluímos que dentre os fatores que estão influenciando e afetando os resultados do IDEB, temos a Prova Brasil, assim como a condição

do aluno, região, acesso a escola, NSE, família, infraestrutura e complexidade da escola.

**PALAVRAS CHAVE:** Políticas Educacionais, IDEB, maior/menor resultado, influencias e fatores.

**ABSTRACT:** The present article highlights some factors that affect and influence the results of the Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), high and low results. The objective is to analyze, one school with the lowest result and another with the highest result of the IDEB. In the article they are denominated like school A (greater), municipal school and school B (minor), state school. Both are located in the urban area of Pelotas, results analyzed from the IDEB of 2013 of the initial years. We conclude that among the factors that are influencing and affecting the results of the IDEB, we have the Brazil Proof, as well as the condition of the student, region, school access, NSE, family, infrastructure and school complexity

**KEYWORDS:** Educational Policies, IDEB, higher / lower result, influences and factors.

### 1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa “Reorganização Gerencialista na Escola: Gestão, Currículo e



Trabalho Docente”, vinculado ao grupo de pesquisa “Gestão, Currículo e Políticas Educativas”, da Universidade Federal de Pelotas – instituição de ensino superior, pública, federal brasileira, com sede na cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul. Possui também, campus na cidade de Capão do Leão. Nesse estudo, temos como objetivo os fatores que podem afetar/influenciar nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ano de 2013, dos anos iniciais da cidade de Pelotas, região sul do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, e que possui uma população de 327.778 habitantes.

O IDEB é considerado uma política de avaliação educacional brasileira e foi criado em 2007, sendo calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. O resultado final do IDEB reúne estes dados em um só indicador, e é observado/comparado juntamente com a meta já projetada para cada escola.

Soares e Xavier (2013) expressam a frequência com que a nota atingida no IDEB é utilizada como único indicador de avaliação da qualidade da educação brasileira, desconsiderando o processo de ensino, gestão, a aprendizagem e o trajeto escolar dos alunos. Assim, como teste padronizado não leva em consideração as diversas condições dos alunos e da escola. A partir das arguições apontadas, pensando na avaliação que é realizada apenas pelos processos de ensino e gestão, iremos analisar quais os outros fatores que podem estar afetando os resultados do IDEB.

## 2 | METODOLOGIA

Para este trabalho, realizamos uma busca no site do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), na guia de consulta pública, onde estão disponíveis os dados das escolas municipais e estaduais (anos iniciais) do município de Pelotas, referente ao ano de 2013. Coletamos as seguintes informações: a) Complexidade da gestão escolar (em que constam o número de alunos matriculados, turmas, indicador de nível socioeconômico – NSE (Nível Sócioeconômico), modalidades/etapas oferecidas), b) participação na Prova Brasil (em que se refere ao total de alunos, idade média, percentual de não aprovados, percentual de incluídos) e IDEB/Meta. Foram selecionadas, então, duas escolas, sendo uma com maior e outra com menor resultado de desempenho no IDEB.

A escola com o maior IDEB, identificada como escola A, é municipal. A escola com o menor IDEB, identificada como escola B, é estadual. Ambas estão localizadas na zona urbana de Pelotas. A escola A está localizada em uma avenida possui 633 alunos e foi caracterizada pelo NSE Médio Alto (5). A escola B está localizada em uma avenida, possui 209 alunos e foi caracterizada pelo NSE Médio (4).

Para estudiosos como Maria Teresa Gonzaga Alves, José Francisco Soares e Flavia Pereira Xavier (2014) o “Nível socioeconômico é um construto latente, ou seja, não diretamente observável, e que sintetiza unidimensionalmente a relação entre a escolaridade, a ocupação e a renda das famílias” (ALVES, SOARES, XAVIER, 2014, p. 675). Ou seja, o NSE (Nível Socioeconômico) é determinante para o processo educativo, e logo influenciará nos possíveis resultados a serem obtidos. O NSE, conforme desenvolvido pelos autores, é representado por um valor numérico, separado em sete níveis qualitativos, a saber: Mais Baixo (1), Baixo (2), Médio baixo (3), Médio (4), Médio Alto (5), Alto (6) e Mais Alto (7).

### 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do IDEB apresentados neste trabalho são dos anos iniciais do Ensino Fundamental, obtidos no ano de 2013. A escola A teve resultado do IDEB de 6,3 e sua Meta foi de 5,1, e a escola B o resultado foi de 2,7 e a Meta de 3,9. A seguir, elucidamos alguns fatores que podem estar influenciando nos resultados.

Todas as escolas públicas brasileiras com pelo menos 20 estudantes matriculados na quarta e oitava série (quinto e nono ano) do Ensino Fundamental participam da avaliação Prova Brasil. Este número de alunos exigidos para realizar a Prova Brasil é um fator preocupante, por indicar uma limitação na representatividade dos alunos da turma avaliada, podendo apenas os com melhor empenho realizá-la (SOARES; XAVIER, 2013). Ivo e Hypolito (2015) relatam que os resultados do IDEB podem ser mascarados através de treinamento dos alunos para a realização da Prova Brasil, por intermédio de provas simuladas e da pré-seleção de alunos para a realização da prova, e por esses motivos o número de alunos que faz a prova é significativo.

O estudo dos casos nos permitiu verificar que a escola A possuía 22 alunos matriculados na quarta série (quinto ano), em 2013 e destes alunos 21 realizaram a prova. Já na escola B havia 34 alunos matriculados na quarta série (quinto ano) no ano de 2013, destes alunos somente 17 realizaram a prova. Esses dados nos permitem entender que possivelmente na escola A, condicionada a uma série de fatores que lhes favorecem não há evidências de possíveis não representatividades da realidade da escola. Diferentemente da escola B, em que no dia da aplicação da Prova Brasil, apenas 17 alunos, 50% dos matriculados, realizaram a avaliação.

A condição em que o estudante se encontra ao realizar a prova como fome, cansaço, maus tratos, entre outros fatores (elementos revelados como realidade do público atendido pela escola B), pode estar sendo considerada pela escola, por entender que o empenho dos alunos esteja diretamente ligado a questões socioeconômicas, refletindo efeitos da pobreza e da desigualdade social como negativos para o empenho no IDEB (DUARTE, 2013; CARREIRA; PINTO, 2007).

A interferência da região nas escolas são fatores preocupantes, assim como

os demais citados acima, pois as unidades analisadas estão localizadas em áreas diferentes: ambas encontram-se em bairros de acessibilidade (transportes), ruas e populações diferenciadas, e sabe-se que a cidade de Pelotas é bem diversificada, realidade caracterizada em todo o Brasil.

Estabelecemos, então, uma relação com o NSE destas famílias e escola, e que chegamos a tais classificações:

A escola A possui NSE Médio Alto, considerando que os alunos informaram possuir um nível alto de bens elementares (como três quartos e três banheiros), bens complementares (DVD, máquina de lavar, computador, internet), bens suplementares (freezer, telefones fixos, TV a cabo, dois carros). Ademais, as famílias desses alunos não contam com contratação de mensalista ou diarista; têm renda familiar acima de sete salários mínimos e os pais concluíram a graduação (MEC; INEP, 2014). Esta escola está localizada em um bairro com fácil acesso e com condições tanto dos alunos como da escola são melhores estruturadas, em relação à outra unidade.

A escola B tem como resultado a característica do NSE Médio, por apresentar os seguintes resultados: os alunos responderam que possuem em casa um número maior de bens elementares (três quartos e dois banheiros); assim como bens suplementares e complementares (de um ou dois telefones fixos, carro, TV cabo, aspirador de pó); não há contratação de mensalista ou diarista; a renda familiar equivale entre cinco e sete salários mínimos; e pai e mãe completaram Ensino Médio (MEC, INEP, 2014).

Desta forma, conclui-se também que o NSE das duas escolas é diferente, por fatores influentes da condição de vida familiar em que os alunos da escola A posse bens elementares, suplementares, renda familiar e escolaridade dos pais da escola maior que a escola B. O que podemos analisar é que a renda familiar média das duas escolas equivale muito próximo. E somando o fator da relação de formação escolar dos familiares: a escola A, aferindo-se ainda que os pais possuem formação em nível superior e os da escola B completaram apenas o Ensino Médio.

Alves e Soares (2013) relatam que um dos deveres são a infraestrutura e complexidade da escola que para os alunos “terem seu direito educacional atendido, os alunos que trazem menos de casa precisam de escolas com melhor infraestrutura e mais focadas em suas necessidades de aprendizado”. Para estes autores o efeito da infraestrutura da escola está mais afetado nos anos finais, do que nos anos iniciais.

Para eles o impacto da complexidade das unidades educativas “indicam que as escolas mais complexas - ou seja, os estabelecimentos maiores e que atendem a mais níveis e modalidades de ensino – implicam complicações adicionais para as escolas atingirem um IDEB mais alto” (ALVES; SOARES, 2013, p. 191). Diante disso, o olhar para os dados resultantes nas avaliações sem fazer relação com os fatores produtores da realidade de ensino e educação, torna o corolário aparente.

## 4 | CONCLUSÕES

Na previa análise realizada com a escola de menor IDEB e a escola com o maior IDEB, podemos concluir que objetivo do trabalho em identificar quais os outros fatores que podem estar influenciando no resultado do IDEB, foi evidenciado na Prova Brasil que pode ser um dos influenciados, assim como a condição do aluno, região, acesso a escola, NSE, família, infraestrutura e complexidade da escola.

Concluindo assim que essa política pública precisa ser mais ampla do que apenas um indicador como o IDEB, pois não é um número que irá representar a escola ou até mesmo o Brasil há outros fatores que influenciar nessa avaliação que não são consideradas ou levadas em conta. Diante disso, é preciso repensar a forma de realizar avaliações que condicionem políticas públicas para as comunidades locais, beneficiando também a qualidade de educação ofertada nas escolas públicas.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, M. T. G. e SOARES, J. F. **Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional**. Educ. Pesqui. [online]. 2013, vol.39, n.1, p.177-194. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022013000100012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000100012&lng=pt&nrm=iso)>.
- ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. **Índice do Nível Socioeconômico (NSE) das Escolas de Educação Básica Brasileiras: Banco de Dados - versão 3**. Belo Horizonte: Núcleo de Pesquisa em Desigualdades Escolares (Nupede); Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.
- BRASIL. Inep. **Nota Técnica: Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (Inse)**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/>. Acesso em: 03 de jun. de 2017.
- BRASIL. MEC. **Censo Escolar**. 2007. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 de set. de 2017.
- BRASIL. MEC. **IDEB**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/>. Acesso em: 26 de set. de 2017.
- CARREIRA, D. ; PINTO, J. M. R. **Custo aluno-qualidade inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil**. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007.
- DESSEN, M. A., & POLÔNIA, A. C. (2007). **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Paidéia (Ribeirão Preto), 17, 21-32.
- DUARTE, Natalia de Souza. **O impacto da pobreza no Ideb: um estudo multinível**. Rev. Bras. Estud. Pedagog. [online]. 2013, vol.94, n.237, pp.343-363. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v94n237/a02v94n237.pdf>>.
- IVO, Andressa A.; HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Gestão educacional e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da rede municipal de ensino de Santa Maria-RS**. Revista Educação em Questão (Online), prelo.
- RUTZ, Évelin; CASAGRANDA, Elimara; FELDKERCHER, Nadiane; HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Relação entre o nível socioeconômico e o IDEB de escolas nos anos iniciais de Pelotas**. Disponível em: Anais do IX Simpósio Nacional de Educação e no III Colóquio Internacional de Políticas Educacionais e Formação de Professores. Frederico Westphalen: URI, 2016. p. 1-12.

